

Comida, ciência e trabalho:

nutrição e assistência social no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1940-1945

Food, Science and Work: Nutrition and Social Work in the Social Welfare Food Service (SAPS), 1940-1945

ÉRICO SILVA MUNIZ

Professor adjunto da Faculdade de História/Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA), docente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia na mesma instituição.

ericosilvamuniz@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa ideias e políticas públicas para a alimentação de trabalhadores desenvolvidas por médicos nutrólogos, técnicos e visitadoras de alimentação nas instituições governamentais brasileiras a partir de 1939. Ao mesmo tempo em que tradições científicas eram fundadas em Institutos e Universidades, estudos técnicos em nutrição embasavam projetos de mudança social programada e planos de desenvolvimento nacionais e locais em diferentes regiões. A partir da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) na cidade do Rio de Janeiro, o governo de Getúlio Vargas passou a dar maior ênfase às condições de vida, trabalho e alimentação das populações de operários urbanos. Os problemas alimentares dos trabalhadores passaram a ser considerados empecilhos à modernização e à industrialização do país, o que possibilitou que políticas públicas para o controle do fenômeno da fome e da desnutrição fossem criadas no âmbito da assistência social varguista.

PALAVRAS-CHAVE: Getúlio Vargas. Serviço de Alimentação da Previdência Social. Nutrição. História da alimentação.

ABSTRACT: This article examines ideas and public policies for workers related to food supply developed by doctors (nutrologists), technicians and home visitors started in 1939. At the same time that scientific traditions were founded in Institutes and Universities; technical studies in nutrition prepared social changes and national and local development plans in different regions. The creation of Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) in the city of Rio de Janeiro, during Getúlio Vargas' government gave a greater emphasis to living conditions, feeding and the economic potential of urban populations. The food problems of workers were considered impediments to the modernization and industrialization of the country what allowed public policies to control the phenomenon of hunger and malnutrition under the Vargas' welfare system.

KEYWORDS: Getúlio Vargas. Serviço de Alimentação da Previdência Social. Nutrition, History of feeding.

Ao longo dos anos 1930 e 1940, uma série de direitos trabalhistas foram consolidados no Brasil. A maioria deles amplamente apresentados e debatidos pela historiografia, como a regulamentação da jornada de trabalho, o descanso semanal, as férias, a estabilidade no emprego após 10 anos de trabalho, a aposentadoria por idade, o auxílio invalidez, as pensões aos dependentes, os seguros de acidentes de trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, das atividades noturnas, o direito de greve e a criação dos sindicatos. Esses direitos que datam da chamada Era Vargas, junto com a instituição do salário mínimo, a criação dos Institutos da Previdência Social e da Justiça do Trabalho, significaram uma ampliação dos benefícios aos trabalhadores formais (D'ARAÚJO, 2003; FERREIRA, 1997; GOMES, 2005). No âmbito dessas mudanças, enquadra-se a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), instituição inaugurada como resposta ao problema alimentar trazido com o advento da indústria no Brasil e a decorrente concentração das massas nas grandes cidades¹. Essa inovação sinaliza para uma mudança mais ampla e ainda menos debatida pelos estudos históricos, os sentidos do novo papel social que a alimentação adquiriria frente à missão de desenvolver e modernizar o país.

Inicialmente, foi instalada apenas uma unidade do SAPS na capital federal, mais precisamente na Praça da Bandeira, em um prédio vizinho ao do corpo dos bombeiros. Esse prédio ficaria conhecido como o SAPS Central, impondo, já em sua fachada, alegorias simbolizando a indústria, o comércio e a refeição, ícones do refeitório operário em funcionamento. Destinado a substituir os almoços improvisados e o “uso pernicioso das marmitas”, o primeiro restaurante do SAPS utilizou-se das instalações do extinto Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Inaugurado em 9 novembro de 1940, surgia um serviço que, mais que prover refeições para trabalhadores, tinha como meta baratear e diversificar os gêneros que compunham a alimentação nacional. A inauguração aconteceu com toda a pompa e honrarias, contando com a presença de Getúlio Vargas, ministros de estado e interventores. O Restaurante Central da Praça da Bandeira abria-se ao público propondo um modelo de restaurantes populares, distribuição de refeições a empresas e realização de ensaios e estudos científicos sobre as propriedades dos alimentos que deveriam ser posteriormente replicados por um sistema de delegacias regionais.

O funcionamento do restaurante popular fora desenhado logo no início de suas atividades. Além da contribuição dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) e das Caixas de Aposentadorias e Pensões

(CAPS), que era proporcional ao seu número de segurados ou associados, ao preço dos gêneros alimentícios era acrescida uma taxa de 10%, que foi chamada de taxa de administração. Esse lucro, aplicado ao preço das refeições nos restaurantes, somava-se ao aluguel das dependências de suas sedes que não estivessem em utilização, à renda do funcionamento dos cursos técnicos e profissionais e outras entradas eventuais para comporem a fonte de receitas.

O início dessa política pública de assistência alimentar deve ser compreendido à luz de importantes contribuições da historiografia. Sobre os estudos no âmbito da história social representados por Marcela Fogagnoli e Ana Maria Evangelista, observamos que o SAPS estruturou suas próprias dependências não apenas como um restaurante popular, mas como uma complexa agência gestora da política alimentar brasileira e um lugar da cultura da classe operária. Se a história do SAPS se identifica fortemente com o trabalhismo do governo Vargas, ao mesmo tempo também não foi imposto, mas apropriado como um espaço de sociabilidade dos trabalhadores (FOGAGNOLI, 2011; EVANGELISTA, 2011).

No início do primeiro governo Vargas (1930-1945), medidas relativas à alimentação e ao que contemporaneamente convencionou-se chamar de determinantes sociais da saúde estavam muito distantes das políticas públicas. As ênfases da saúde pública, no início dos anos 1930, recaíam essencialmente sobre concepções médicas que tinham no controle de doenças sua principal forma de atuação, especialmente no combate àquelas que afetavam o interior, as endemias rurais. Não havia, nas políticas do Ministério da Educação e Saúde (MES), especialmente na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945), a relação entre saúde e alimentação; eram tempos da primazia do controle das endemias rurais (FONSECA, 2007).

Além dessas referências, este trabalho beneficia-se especialmente de debates no âmbito da história das ciências e da história da alimentação. Acreditamos que, para compreender a experiência do SAPS, é necessário também acompanhar as contribuições de Thomas Kuhn (2003) e Bruno Latour (2000) que debatem os mecanismos de reprodução das ciências e a formação de paradigmas e consensos. A nutrição era, à época, uma “ciência em construção” enviesada por incertezas e disputas das mais diversas ordens (LATOUR, 2000). Estudos recentes têm focado nas relações entre a assistência alimentar e a construção do Estado Nacional moderno na América Latina, com destaque para a criação de restaurantes populares e refeitórios fabris. A alta cozinha dos *restaurants* liderados por *chefs* franceses havia abando-

nado a corte desde fins do século XIX e sua versão estatal para a política social multiplicou-se pelos países latino-americanos. O requinte das tradições francesas cedia lugar aos restaurantes populares sem, no entanto, abrirem mão de um aspecto central, o caráter higiênico desses espaços (FLANDRIN, MONTANARI, 1998). É nesse cruzamento entre a história social sobre o Brasil republicano e os debates teóricos que discutem a formação de ideais científicos que interpretaremos cartas, publicações, boletins e periódicos sobre a experiência histórica do SAPS na cidade do Rio de Janeiro.

Em busca do restaurante operário padrão

Em matéria publicada na revista *O Observador*, em 1941, o restaurante do SAPS fora apresentado como “vasto e complexo”, realizando estudos das substâncias dos alimentos, experiências sobre o metabolismo do trabalhador, definindo os padrões da boa nutrição dos operários, racionalizando o custo da alimentação no país e fornecendo subsídios para criação de refeitórios populares². No regulamento do SAPS constavam as suas finalidades: divulgação da alimentação racional nos meios patronais e trabalhistas; ações do Estado na área de assistência social; formação de uma “consciência familiarizada” com os problemas alimentares; promoção de instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores; provimento de gêneros alimentícios selecionados para empresas que mantivessem refeitórios; e, sobretudo, normatização dos procedimentos científicos da nutrição através de cursos práticos (arte culinária e economia doméstica) e normatizações³.

Observa-se já na sua fundação que o SAPS se constituiu como órgão de múltiplas ações na área alimentar. Além de praticar assistência social, tinha função reguladora das novas obrigações que empregadores passaram a ter a partir de 1940. Como L'Abbate (1988) propõe, o SAPS se insere numa periodização um pouco distinta para a institucionalização de políticas em nível federal. Criado em 1940, nas estruturas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), o SAPS marcou o início de programas nacionais para repensar a alimentação no país. Ainda no Estado Novo, foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), que existiu entre 1942 e 1945, sendo sucedido pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1945 a 1972. Esses institutos foram acompanhados de outras instituições como, em 1944, o Instituto de Tecnologia Alimentar, transformado, em 1946, no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (L'ABATTE, 1988).

A nutrição ganhava força como disciplina associada à prática profissional da assistência social a partir de 1937, com as políticas trabalhistas implementadas pelo Estado Novo. A ação da política social desde seus primeiros anos foi de mediação entre interesses do governo, do empresariado industrial em expansão e de trabalhadores (FAUSTO, 2016). A realização de uma política social através da prática de inquéritos e pesquisas sociais atuou ativamente no processo de readaptação às necessidades do capitalismo industrial. Dessa forma, a legislação sindical, as primeiras escolas de serviço social e a atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), este último criado em 1942, intensificam-se durante a Segunda Guerra Mundial, reforçando um sistema de adequação da força de trabalho e atrelando cidadania e direitos sociais à profissão (SANTOS, 1979).

Segundo Eronides Lima (2000), foi no período entre 1934 e 1939 que os estudos especializados na área de nutrição e alimentação estavam em formação. A autora identifica a relevância da produção bibliográfica de pesquisadores como Gilberto Freyre, Josué de Castro, Geraldo Horácio De Paula Souza, Ruy Coutinho e Dante Costa, buscando o conjunto de ideias debatidos pelos mesmos na década de 1930. A partir de 1944, o papel de destaque na divulgação de ideias coube ao periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*, editado pelo Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), este último criado em 1942. Entre 1934 e 1939, houve, portanto, uma produção que buscou criar as bases científicas do campo, procurando modelos e definindo objetos de estudos. Já no intervalo entre 1940 e 1946, vivenciou-se uma reordenação do conhecimento, precisão de marcos teóricos, além do reconhecimento ao grupo fundador dos estudos de nutrição no Brasil, com especial visibilidade aos estudos de Josué de Castro (LIMA, 2000).

O SAPS seguiria em seus primeiros anos, portanto, como vitrine desse novo momento de intervenção e consolidação de ideias científicas. Dentre suas primeiras atribuições, consta a facilitação para empresas instalarem seus refeitórios. Além disso, durante a festa trabalhista do 1º de maio no campo do Vasco da Gama, em 1939, as empresas com mais de 500 funcionários passaram a estar obrigadas por lei a prover almoço e instalar refeitórios para seus trabalhadores⁴, medidas sempre anunciadas com grande público e na presença de cientistas e lideranças políticas em ritmo de festa.

As modernas instalações de cozinha industrial serviam, ainda, de propaganda às soluções para o problema da alimentação do operário. Segundo Plínio de Catanhede Almeida, presidente do IAPI, os restaurantes eram

também uma demanda de empregadores que, ao se preocuparem com a alimentação dos trabalhadores, mantinham a sua capacidade de trabalho e aumentavam a produção, evidenciando o pacto entre o empresariado e a ação social em curso⁵.

Apesar dos discursos sobre o caráter científico e político da preocupação com a alimentação nacional, a principal atividade do SAPS, em seus primeiros anos de atuação, permaneceu sendo o fornecimento de refeições em seus restaurantes. A quantidade de almoços e as filas formadas na Praça da Bandeira indicavam que o SAPS se traduzia como uma real demanda alimentar proletária. A revista governista *O Observador* noticiou que entre dez da manhã e meio-dia e meia chegava o público “dos bondes, ônibus, trens elétricos, são as centenas os trabalhadores de todas as classes, profissões e lugares”⁶. Após a compra dos vales para as refeições, era servido o cardápio do dia em bandejas de alumínio em um espaço com capacidade para 900 pessoas.

O aparente sucesso repentino trazia usuários de todo Distrito Federal, sendo frequentes as demandas de prefeituras e interventorias pela criação de parceria com o SAPS para levarem às suas cidades as modernas instalações higiênicas até então desconhecidas no país. Em 1941, o conselheiro Paulo Seabra foi ao município de Campos, no norte fluminense, e lá avaliou as mudanças feitas pelo SAPS em uma fábrica de tecidos. Para ele, o novo refeitório de banco e mesa de madeira era apropriado para os 200 operários que passariam a receber almoços “tipo SAPS” e, conseqüentemente, melhorariam seu padrão alimentar, pois, segundo ele, “comer já não será atochar-se de uma coisa sem nome. Confrontar a mixórdia na lata”⁷.

O presidente Vargas capitaneava o sucesso da nova agência em suas constantes visitas ao restaurante. Da mesma forma, a técnica, a higiene e a disciplina eram sempre frisadas. No restaurante central, os trabalhadores eram servidos de arroz, feijão, carne, legumes e verduras, um copo de leite, uma fruta, pão, manteiga e café. Dotado de moderna cozinha com equipamentos importados, o SAPS também fabricava o pão servido, fato que o diferenciava dos “botequins”, “bares automáticos” e “casas de pastos”, termos pejorativos para designar estabelecimentos que serviam refeições sem o requinte dos restaurantes. Na capital, os limites do restaurante Central foram gradativamente aumentados pelos caminhões do SAPS em feiras livres e, posteriormente, com a criação das delegacias regionais, da Comissão de Estudos Técnicos e da Seção de Subsistência⁸.

TABELA — Movimento de refeições preparadas nos Restaurantes Populares do SAPS em seus primeiros anos (1940-1945).

ANO	NO RESTAURANTE	EM UNIDADE MÓVEL (CAMINHÕES TÉRMICOS)	TOTAL
1940	55.982	—	55.982
1941	717.796	1.125	718.921
1942	931.892	249.342	1.181.234
1943	1.653.180	500.875	2.154.055
1944	2.660.711	728.727	3.389.438

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Seção Técnica de Propaganda, Estatística e Assistência (SPEA) do SAPS.

Os crescentes números anuais de refeições eram servidos na rede que foi inicialmente instalada no Rio de Janeiro, Niterói, Juiz de Fora, Santos, São Paulo e Fortaleza. Surgiram também os chamados “restaurante gregários”, aqueles que eram mantidos ou instalados pelo SAPS mediante acordo com outras instituições, tais como: Imprensa Nacional, União Nacional dos Estudantes, na fábrica de cerâmica Klabin e Irmãos (Inhaúma), Sindicato dos Estivadores, Restaurante do MTIC, Polícia, Ministério da Educação e Saúde, Leblon Medicina, Universidade Rural, IAPETC, Escola Técnica do Exército e Câmara Federal⁹. Por fim, havia ainda os “restaurantes fiscalizados”¹⁰. Esses modelos e acordos firmavam parcerias pouco claras que permitiram que o SAPS se instalasse também em prédios cedidos por prefeituras, como o caso do restaurante-escola em funcionamento em uma sala do Teatro Municipal do Rio de Janeiro¹¹.

À serviço da ciência e da política trabalhista

Apesar da formação técnica inicialmente exigida para compor o corpo de técnicos do SAPS, tal realidade não foi mantida em nível nacional, sendo por vezes o recrutamento de pessoal feito por indicação, compadrio ou como “ato de amparo a desempregados”. No ano de 1944, por exemplo, a senhora Andi-

na Nogueira escreveu ao presidente Vargas pedindo emprego no SAPS como forma de ajudar “uma mãe que pede um emprego como forma de ajudar a criar seus filhos”¹². A colocação no SAPS foi escrita diretamente ao presidente alegando que no restaurante da Praça da Bandeira “a senhora de lá nem meu nome quis tomar”.

Essa e outras cartas da população para o presidente foram incentivadas à época como parte de uma nova comunicação entre o Estado e a sociedade; como uma mediação diferenciada, parte da consolidação da liderança de Vargas. Essas correspondências enviadas diretamente ao presidente da República compõe uma característica peculiar de uma cultura política, especialmente no período entre 1937 e 1945, fenômeno que José Franco Reis interpretou como um ritual de afirmação do regime. Na medida em que a estratégia pensada é de controle político por parte de Vargas, a população, por sua vez, atribui um sentido próprio a esse canal de comunicação sem ter uma postura passiva ou resignada (REIS, 2002).

Outro desses pedidos de emprego no SAPS que foi atendido é do senhor Lauro Bastos de Faria Freire, que obteve uma vaga no Serviço como calculista por ter 11 filhos e carecer de renda para sustento dos mesmos¹³. Para compor os seus quadros, o SAPS, por vezes, aproveitou funcionários que já trabalhavam nas dependências ou nas imediações de seus restaurantes, assim foi com a instalação do refeitório no Palácio do Trabalho que desempregou trabalhadores de uma antiga cantina que funcionava no Ministério. O SAPS, então, readmitiu o pessoal dispensado em sua cozinha¹⁴.

Cabe ressaltar que a expansão da rede de serviços do SAPS, inicialmente facilitada pela carestia da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não representou uma mera expansão do direito aos trabalhadores. Neste ponto, o conceito de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), auxilia na interpretação da mudança pretendida no cotidiano alimentar de trabalhadores formalizados nas grandes cidades, sobretudo os industriários. Do ponto de vista das ações do Estado, os empregos criados e a ação do SAPS surgiram junto à expansão de uma política de previdência social, uma cidadania regulada pelo Estado, como política social compensatória, sem alterar as estruturas econômicas políticas vigentes. No caso dos restaurantes, na prática, era o crescimento da contribuição sindical que possibilitaria a gradativa intervenção estatal em questões consideradas, à época, como urgentes ou infraestruturais para o desenvolvimento.

A Presidência da República e o próprio SAPS recebiam frequentemente pedidos de estudos de viabilidade e clamores para implantação de

medidas que barateassem o altíssimo custo dos alimentos nas grandes cidades, mesmo sem a ligação direta com o mundo do trabalhismo. Assim, prefeituras, sindicatos e a população, das mais variadas maneiras, demandaram pela criação dos postos de subsistência e dos restaurantes populares. Ou seja, essa dinâmica revela também uma das faces do trabalhismo brasileiro em execução no Estado Novo. Para Ângela de Castro Gomes (2005), Vargas se utilizou da política social e da concessão de benefícios aos trabalhadores também como uma dimensão simbólica, parte da construção da imagem de nação e do trabalhador urbano que já era um importante ator social à época.

Dado o caráter oficial da maioria das fontes e relatórios, poucos são os ruídos, problemas e denúncias que conseguimos localizar na história do SAPS em seus primeiros anos. Podemos assinalar alguns problemas provenientes de ex-funcionários do Serviço, queixando-se, em correspondência ao presidente da República, dentre outras críticas, sobre o caráter restrito de sua atuação no espaço urbano¹⁵, além de acusações sobre um excesso de pragmatismo de “caráter econômico financeiro”, sob especulações de fechamento de seções técnico-educativas¹⁶. Outras críticas diziam respeito à contrapartida das autarquias envolvidas. Em um bilhete ao Gabinete Civil da Presidência da República, uma das partes se queixava que a prefeitura do Distrito Federal não havia cumprido os acordos sobre liberação de frigoríficos, fiscalização de feiras, entre outras atribuições que cabiam ao governo municipal¹⁷.

Em um dos raros registros de reclamações, o garçom Francisco Pereira da Cunha, que havia sido demitido em 1945, acusou o *maitre* e outros superiores de praticarem “as maiores irregularidade”¹⁸. Não é possível dimensionar referências a paralisações, greves ou descontentamentos coletivos, uma vez que os processos submetidos como cartas à presidência da República geralmente analisavam casos individuais. Em junho de 1945, já na Era pós-Vargas, o prestador de serviço Aristides Gomes reclamou que ele e alguns colegas não teriam recebido o aumento de vencimentos concedido pelo governo aos funcionários das delegacias regionais, tendo a diretoria do SAPS respondido que o reajuste não foi extensivo ao pessoal dos restaurantes e dos postos de subsistência¹⁹. Casos como esses são fragmentos dos problemas enfrentados no cotidiano de um serviço em expansão, demandando grande mão de obra e habilidade política no equilíbrio de interesses pelos seus serviços.

A irregularidade da dotação orçamentária por vezes afetou também os cardápios e a continuidade dos serviços prestados. Por vezes, o “Fundo

Comum da Previdência Social”, no Banco do Brasil, foi a única verba de custeio das atividades²⁰. Ao assumir a diretoria do SAPS, em dezembro de 1945, em meio ao clima de mudança de governo, o médico Miguel Martins classificou a gestão anterior como desorganizada, insegura e injusta. Na opinião de Martins, a criação da sala de leitura, da biblioteca popular, do salão de música, do ensino de corte e costura, da seção de empregos e das sessões de cinema fizeram com que o SAPS desvirtuasse suas atribuições na área de assistência alimentar, sendo àquele tempo “nem uma nem outra coisa”²¹. Na opinião do novo diretor, o espaço do restaurante central era muito mais “para impressionar visitantes ilustres” que para promover melhoria da alimentação do trabalhador.

O fim do Estado Novo não encerrou os sentidos da ação e da expansão do SAPS. Em 1948, havia delegacias regionais nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Natal, Distrito Federal, Espírito Santo e Minas Gerais²². Além disso, planejou-se construir estruturas para o Setor de Engenharia e Seção de Material, armazéns no Rio de Janeiro e Frigoríficos no Rio Grande do Sul²³. Mais tarde, em 1953, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, devido à verba proveniente do seu plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), foram firmados acordos para a construção de 15 novos restaurantes pelo país e 100 postos de subsistência. Nos postos, a população encontrava alimentos considerados fundamentais a preço baixo. As delegacias e agências costumavam ter seus estoques subsidiados pelo MTIC, abastecidos geralmente por açúcar, arroz, óleo, batata, café, carne seca, farinha de mandioca, feijão, banha, macarrão, fubá, maise-na, cebola, manteiga, extrato de tomate e lombo.

Cinquenta e sete dias após o início da gestão de Miguel Martins no governo Dutra, o Boletim do SAPS classificou como uma “revolução” as medidas empreendidas pelo novo diretor. Numa diretoria que se pretendia ser mais popular, houve significativa mudança nos cardápios, sendo a mais expressiva, a reintrodução da manteiga, que por mais de dois anos havia sido cortada das refeições. A volta foi bem recebida por usuários que expressaram comentários como “pão seco tem gosto de saco”; afinal de contas “as vacas engordaram”²⁴.

A manteiga – um símbolo de distinção social, aliás, era um produto de alto valor à época, sendo boa parte importada para o consumo interno²⁵. Problemas na compra e no fornecimento de alimentos são sinais de que as crises e rupturas foram permanentes nas diferentes gestões do SAPS. Frequentes também foram as denúncias de compras superfaturadas para o es-

toque dos postos de subsistência²⁶. Alguns casos vieram à tona, acusando o SAPS de compra irregular de frigoríficos e granjas para comporem a rede de abastecimento sapsiana²⁷. Ou seja, observa-se que a organização política da assistência alimentar dos anos 1940 carecia não somente de técnicos e homens de ciência, mas estava situada em uma complexa política trabalhista de grande vulto e múltiplos atores.

A assistência social e as práticas educativas

Como vimos, o SAPS não praticou somente a assistência alimentar aos segurados do nascente sistema previdenciário dos anos 1940 nos espaços de seus restaurantes. Um perfil mais universal foi garantido em determinados momentos, especialmente durante o Estado Novo. O crescimento da rede de postos de subsistência, locais que vendiam alimentos a preço de custo e mesmo a ação das visitadoras alimentares representavam um outro lado da política alimentar nacional que vinha sendo implementada pela ciência da nutrição. Não obstante, os cursos para as esposas e filhas dos usuários também foram uma frente importante, além dos convênios com outros organismos governamentais e projetos de cooperação internacional.

Articulando-se como parte da política de assistência social mais ampla do governo Vargas, o SAPS foi chamado a cooperar com a política vigente, além de firmar acordos com ministérios e secretarias para fornecer refeições e cursos técnicos. O Serviço de Assistência a Menores (SAM), órgão do governo que geria internatos e fiscalizava os chamados educandários onde houvesse menores “desvalidos e transviados”, foi objeto de um dos convênios²⁸. Visando que as crianças egressas de patronatos educacionais pudessem se recolocar socialmente, o SAM solicitou 20 cartões garantindo alimentação no Restaurante Central do SAPS. Em outros casos, esse tipo de convênio interessou ainda a funcionários públicos, como desejou a Polícia Especial do Distrito Federal que, no ano de 1943, solicitou que seus servidores almoçassem nos refeitórios modelo, o que não foi possível, pois a União alegou que não podia custear o serviço devido ao Estatuto do Funcionário Público²⁹.

A escassez e o aumento dos preços dos alimentos no país fizeram dos postos de subsistência atividade “não menos importante do que os restaurantes”. As atividades dos pontos de vendas foram classificadas como o “sentido social da obra do SAPS”³⁰. Com a criação autorizada pelo Decreto-

-Lei n. 4.895, de 21 de outubro de 1942, o Posto Central foi inaugurado em 1º de dezembro de 1942, no edifício da Praça da Bandeira, com a missão de contornar o transtorno causado pelos tempos de Guerra, buscando a aquisição de gêneros em sua fonte de produção, acrescidos 10% do valor do produto como “taxa de administração”. O consumidor munido de seu cartão de frequência comprava nos postos produtos de 20 a 25% mais baratos que o tabelamento oficial do governo.

O preço baixo e a organização dos postos, dotados de complexas tabelas e mostruários na entrada e balanças para conferência dispostas ao longo do balcão de atendimento foram logo reconhecidos pela Coordenação de Mobilização Econômica. A agência inclusive solicitou ao SAPS outras unidades atingindo distintos pontos da capital, criando uma rede em outros bairros do Rio de Janeiro. Nos 5 primeiros meses de 1943, foram então instaladas unidades na Gávea, em Copacabana, no Engenho Novo, em Marechal Hermes, em Santa Tereza, na Ilha do Governador, em Madureira, em Bangu, em Inhaúma, em Olaria e em Santa Cruz. Neste último, houve uma parceria com a cooperativa de colonos agrícolas locais. A demanda pela instalação de unidades fora da capital e em outros estados crescia, fazendo com que se improvisassem instalações, prateleiras e balcões durante a noite, inaugurando Postos “onde na véspera nada existia”. Foram feitos registros de casos, inclusive, onde moradores solicitavam à Presidência da República visitas de algum auxiliar do SAPS para avaliar com urgência a possibilidade de instalação de uma unidade do Serviço³¹.

Do imprevisto à consolidação, a rede de postos seguiu aumentando e, em dezembro de 1944, eram 11 deles em Minas Gerais, 6 no Espírito Santo, 7 no estado do Rio de Janeiro, 14 no Distrito Federal e 1 no Rio Grande do Sul; além dos armazéns distribuidores situados em Vitória, Porto Alegre, Belo Horizonte, Campos, Petrópolis e São Paulo. A rede se beneficiou do Decreto-lei n. 7.249, de 16 de janeiro de 1945, que passou a permitir e incentivar que empresas com mais de 300 funcionários instalassem seus próprios postos de subsistência.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, em uma economia de guerra, o peso do custo da alimentação e da garantia do abastecimento tornaram-se alvos de maior preocupação por parte do Estado Novo. O exemplo do aumento do preço da farinha de trigo praticado no mercado internacional e sua decorrente escassez já havia gerando uma alta do preço do pão no fim dos anos de 1930, sendo necessárias, inclusive, o uso de medidas paliativas ou de emergência como a experiência que ficou conhecida como “pão da guerra”.

Narrada por Roney Cytrynowicz (2000), nessa iniciativa governamental, substituía-se a farinha de trigo comum por uma outra da qual as sementes e o gérmen não eram descartados, uma alternativa apresentada pelos conhecimentos técnicos da nutrição para garantir o acesso ao item e para que esse símbolo da alimentação não faltasse às mesas brasileiras. Outra opção semelhante ao “pão de guerra” era o doméstico, feito à base de macarrão. Ambas alternativas, ao lado das numerosas filas matinais para comprar pão, denunciavam a deficitária produção de trigo no país. A escassez e a alta dos preços dos gêneros alimentícios, geravam protestos operários em diversas cidades.

O suprimento de alimentos nos grandes centros urbanos passou a depender, em grande parte, da administração do SAPS de forma direta ou supervisionando empresas. A venda dos postos instalados nas fábricas e empresas – benefício exclusivo de portadores de carteira de trabalho – também não deveria ter fins lucrativos, objetivando complementar o acesso dos trabalhadores a alimentos considerados essenciais (arroz, açúcar, azeite, banana, batata, café, carne seca, cebola, farinha, feijão, macarrão, manteiga, sabão e sal).

A venda de gêneros alimentícios nessa modalidade de armazéns seguia regra semelhante aos demais postos já existentes, podendo ser acrescidos no máximo 10% no preço de custo, para cobrir despesas de instalação e manutenção. A quantidade de comida que o trabalhador poderia comprar variava conforme o número de dependentes, não podendo exceder mensalmente 50% dos seus rendimentos, que eram descontados como um tipo de adiantamento. Os fornecimentos de alimentos aos trabalhadores, feitos diretamente nas empresas, eram fiscalizados e assessorados pelo SAPS, objetivando que a elevação dos preços dos alimentos pudesse ser controlada³².

Os postos sempre figuraram no SAPS como atribuição da divisão de assistência social, sendo algumas unidades, como os postos de Niterói e de Petrópolis, instaladas em parceria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Experiências para além da gestão de seus restaurantes e postos compuseram o perfil da assistência promovida diretamente pelo SAPS, como a criação do Serviço de Desjejuns Escolares. No ano de 1943, por exemplo, eram servidos 1000 desjejuns diários e gratuitos no Restaurante Central. A medida foi criada devido a esforços de Dante Costa que pretendeu utilizar o desjejum para “corrigir” certas deficiências alimentares comuns à população³³. No entanto, o alcance da experiência assegurava mais o caráter de pesquisa

científica sobre a condição alimentar dos escolares do que propriamente uma medida de assistência social no âmbito do amparo à infância desvalida.

Costa vinha de uma passagem pelo Departamento Nacional da Criança e acumulava uma produção científica na área alimentar de lactantes e estudantes, firmando-se também como uma proeminência no campo da nutrição em âmbito nacional (MUNIZ, 2015)³⁴. Para o pesquisador, a introdução do hábito de comer pela manhã em substituição ao café com pão ou da água com açúcar visava corrigir “um dos maus costumes alimentares do brasileiro”³⁵. Os desjejuns do SAPS estavam destinados às crianças filhas de trabalhadores que eram examinadas diariamente, em busca dos sinais de suas deficiências nutritivas. Com o SAM, a cooperação foi maior, como indicam contratos e faturas de pagamento acertando contas sobre fornecimento de refeições³⁶.

Entre as medidas assistenciais do SASP, também prevaleceu o discurso de formar uma consciência dos benefícios de planejar uma alimentação saudável. Oficialmente, a máxima “é útil assistir, mas ainda é mais útil educar” relegava a assistência ao segundo plano, tornando-se medidas insuficientes, se não complementadas por práticas educativas³⁷. Essa concepção, no cotidiano, parece ter tido o efeito esperado, sendo as ações de assistência alimentar consideradas internamente tão importantes quando as frentes educativas.

Presentes já nos tempos do Serviço Central de Alimentação do IAPI, a Seção de Cursos do SAPS ocupava lugar de destaque entre as atividades do Serviço, assegurando a necessidade permanente de medidas pedagógicas. Os cursos oferecidos a partir de 1939 deveriam desempenhar funções variadas, qualificando médicos para atuarem no campo da nutrição, formando nutricionistas e visitadoras alimentares para trabalhos práticos e preparando cozinheiros, auxiliares e técnicos que viriam a atuar no próprio SAPS. Dessa forma, os cursos e escolas do SAPS foram responsáveis por formar a primeira geração de nutricionistas do Brasil, preparar pessoal para as suas demandas internas e produzir e divulgar conhecimento científico.

Em 1939, foi criado o primeiro curso de “auxiliares de alimentação”, com um currículo composto por aulas de Biologia Geral, Higiene, Estatística, Química, Nutrição, Dietética e Arte culinária. Esse módulo formou a primeira geração de técnicos e colaboradores do SASP. Posteriormente, em parceria com a LBA, foi instituído o curso de “voluntários de alimentação”, com turmas no Rio de Janeiro, Niterói e Fortaleza. Durante um mês, cursos de técnicas de alimentação e nutrição, demonstrações de cozinha, visitas a casa de

trabalhadores, noções de cálculos dietéticos, demonstrações laboratoriais aliados a um estágio na cozinha do SAPS visaram introduzir conceitos da educação alimentar para famílias beneficiadas pela assistência promovida pela LBA.

A consolidação das políticas públicas de educação alimentar no Brasil contou, portanto, com ativo papel das mulheres na estruturação das carreiras do campo da nutrição. Com ação de destaque na alimentação da família, a mulher foi vista como parte fundamental do projeto interventor estatal, especialmente com a criação da profissão de visitadora em alimentação. Por um lado, as mulheres, nas primeiras décadas do século XX, deveriam ser nutricionistas na família e usar a cozinha como seu laboratório, pois essa seria considerada a fonte primária de saúde. Esse perfil, unindo higiene e nutrição como novo enquadramento médico para a maternidade, foi chamado de “mãe higiênica” por Jurandir Costa (1979), uma abordagem que esperava das mulheres a “maternidade científica” de que fala Maria Martha Freire (2009). Ou seja, os saberes médicos faziam uma concessão onde determinadas ocupações subalternas na hierarquia médica se abriam para as mulheres. No entanto, com o tempo, a regulamentação e o exercício da atividade das nutricionistas se estruturaram em carreiras predominantemente femininas no campo da saúde.

Outros cursos técnicos e profissionais para diferentes públicos foram criados no SAPS do Rio de Janeiro, em 1944. Foram estabelecidas turmas de nutrólogos, voltadas aos médicos que quisessem especializar-se no nascente campo da nutrição. As turmas de nutricionistas seguiam para moças com curso secundário completo e enfermeiras; e os cursos profissionais, responsáveis por formar pessoal de sala, copa e cozinha. Nota-se, nesse momento inicial da nutrição brasileira e da criação da profissão de nutricionista, a clara distinção entre médicos homens especialistas (nutrólogos) e as mulheres enfermeiras ou diplomadas do curso secundário (nutricionistas).

Ambos os cursos tinham 2 anos de duração e incluíam conhecimentos de fisiologia da nutrição, da tecnologia de alimentos, da dietética, da arte culinária, da técnica dietética e da bromatologia. As nutricionistas estudavam ainda serviço social, estatística, anatomia, fisiologia e economia doméstica. Apesar disso, ocuparam um lugar subalterno na hierarquia profissional das funções administrativas do SAPS. Esses dois profissionais deveriam ser capazes de compreender a alimentação feita em cada região do país, o consumo per capita de alimentos, a composição dos gêneros mais usuais e realizar inquéritos alimentares.

Considerações finais

A história dos primeiros anos de atuação do SAPS envolve aspectos do surgimento e da expansão da nutrição e da assistência alimentar no Brasil. Criado no trabalhismo varguista e valorizado com a emergência da Segunda Guerra Mundial, o SAPS foi, desde os primeiros anos, a instituição que deveria gerir as políticas para área de alimentação no país, desempenhando função acadêmica, de formação profissional, assistência social, armazenamento, distribuição e tabelamento do preço de alimentos – norteado pelo princípio da educação como ação que minimizaria as deficiências alimentares encontradas pelo país.

Especialmente no período entre 1940 e 1945, o SAPS obteve grande adesão de técnicos recém-formados na área de nutrição e foi capaz de formar seus próprios quadros, período em que a intelectualidade e os governantes realizaram denúncias do flagelo da fome e da importância da educação no Brasil, mobilizando a sociedade civil para o tema do desenvolvimento e aumento da produção nacional. Médicos, nutrólogos e intelectuais envolvidos em sua criação e gestão estavam alinhados com a geração fundadora da nutrição no país e em permanente troca com organismos internacionais e comunidades científicas. Através de seus prêmios, publicações e periódicos, levou seus estudos ao conhecimento dos principais centros de produção de conhecimento em nutrição, obtendo notoriedade e reconhecimento político.

Em delegacias regionais, escolas, postos de subsistência, clubes de saúde, atividades recreativas e principalmente em seus almoços e jantares, o SAPS empreendia o que chamava de saga pela “boa alimentação” do trabalhador nacional. De maneira vertical, sem diálogos relevantes com tradições e hábitos alimentares populares, buscou inserir mudanças na cultura alimentar operária, condenou alimentos, relegou os pobres à condição de ignorantes, realizando um empreendimento socioeducativo além da compensação biológica e econômica. A intervenção do SAPS na alimentação desses trabalhadores em tempos de Guerra e ao longo das décadas seguintes deu-se de forma semelhante às ações de saúde pública, ações unilaterais, tecnicistas e prescritivas, um benefício outorgado pelo governo às classes trabalhadoras urbanas.

A experiência do SAPS revela, portanto, aspectos contraditórios da consolidação da nutrição como ciência aplicada no Brasil, assim como da conformação do que seria a “alimentação racional” na concepção dos médicos nutrólogos. Ao longo da década de 1940, com incremento de sua atuação,

consolidou-se como a principal agência governamental a atuar na formação dos hábitos alimentares dos brasileiros, na preparação de técnicos, no fornecimento de refeições em restaurantes populares e ainda nas medidas de assistência social. De limitado alcance fora das grandes cidades, foi alvo de críticas e acusações ao longo de toda sua existência, sendo a principal delas o pragmatismo na aplicação das medidas com foco no desenvolvimento e no mundo do trabalho.

Notas

- 1 SAPS. O SAPS. **Boletim do MTIC**. n. 131, jul 1945, Ano XI, p. 253.
- 2 Alimentação para os Operários. **O Observador**. n. 64, 1941, p.33-40. Fundo Valdemar Falcão, CPDOC/FGV.
- 3 Decreto n. 6.753. Expede o Regulamento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, 27 jan 1941.
- 4 Decreto-lei n. 1238, 1 mai 1939. Ver também Portaria n. 272, 17 de abr 1940.
- 5 ALMEIDA, Plínio Reis de Catanhede. Restaurantes para operários. **Boletim do MTIC**. n. 98, out 1942, ano IX.
- 6 Alimentação para os Operários. **O Observador**. n. 64, 1941, p.33-40. Fundo Valdemar Falcão, CPDOC/FGV, p. 36.
- 7 SEABRA, Paulo. As condições alimentares do trabalhador em Campos. **Boletim do MTIC**. n. 81, mai. 1941, ano VII.
- 8 Decreto-Lei n. 4.859. Cria uma Secção de Subsistência no Serviço de Alimentação de Previdência Social e dá outras providências, 21 out 1942.
- 9 Serviço de Alimentação da Previdência Social. **Boletim Estatístico do SAPS**. Rio de Janeiro, Ano 1, mai. 1948; Serviço de Alimentação da Previdência Social. **Boletim Estatístico do SAPS**. Rio de Janeiro, Ano 2, mai. 1949, n. 9 e 10.
- 10 Decreto-Lei n. 3.709. Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social e dá outras providências, 14 out. 1941.
- 11 Em 1944, foi instalado, no Teatro Municipal, um Restaurante Escola. Cf. Associação dos Artistas Brasileiros pleiteia a concessão de um terreno no centro da cidade, onde possa construir a sua sede, ou a cessão do cômodo onde hoje funciona o restaurante do SAPS, para nele se instalar. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ, Ano 1944, Proc. 35277.
- 12 Andina Nogueira solicita colação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ, Ano 1944, Proc. 7495.
- 13 No pedido de emprego constam fotografia em família e cópia da certidão de nascimento dos filhos. Cf. Lauro Bastos de Faria Freire solicita colocação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ, Ano 1944. Proc. 8641.
- 14 Crispim José de Freitas solicita colocação no SAPS. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ, Ano 1944, Proc. 38796.
- 15 Telegrama de sindicatos paulistas ao sr. Presidente da República. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República. ANRJ, Ano 1944, Proc. 41.245.
- 16 Carta de Alexandre Boavista Moscoso a Ernani do Amaral Peixoto sobre a reforma do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Rio de Janeiro, 1941. Arquivo Ernâni do Amaral Peixoto, CPDOC/FGV, EAP int 1941.09.20.
- 17 Bilhete sobre as falhas na cooperação entre a Prefeitura [do Distrito Federal] e o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ.
- 18 Francisco Pereira da Cunha reclama contra o desconto de sua falta ao serviço do Restaurante Escola em 23/5/45. Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ, Ano 1945, Proc. 19519.
- 19 Aristides Gomes referente a aumento de vencimento. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ, Ano 1945, Proc. 17.282.
- 20 Bilhete sobre o projeto do [deputado federal Armando] Falcão de comemorar na Câmara [dos Deputados] o 29 de outubro [29/10/1945 – Deposição do presidente Getúlio Vargas e fim do Estado Novo]; o andamento da prestação de contas na Câmara [dos Deputados]; a falta de recursos do SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ.
- 21 Novos rumos às atividades do SAPS. **Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social**. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 14, p. 16, BNRJ.
- 22 Serviço de Alimentação da Previdência Social. **Boletim Estatístico do SAPS**. Rio de Janeiro, Ano 1, jul. 1948, n. 3, p. 13-16.
- 23 CAVALCANTI, Edison. Novos rumos do SAPS (Discurso pronunciado na inauguração das novas instalações do Restaurante do Ministério do Trabalho, do dia 12-5-53). Fundo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV.
- 24 57 dias de revolução no SAPS. **Boletim mensal do Serviço de Alimentação da Previdência Social**. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 16, p. 15, BNRJ.

25 Bilhete sobre os procedimentos para o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social] obter isenção de impostos na importação de manteiga. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ; Bilhete sobre as deficiências no serviço de fornecimento de carne; o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ. Quanto ao fornecimento de carne, a queixa tratava das irregularidades das remessas e a escassez de cortes nobres.

26 Bilhete sobre irregularidades no SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ.

27 Bilhete sobre o expediente da COFAP [Comissão Federal de Abastecimento e Preços] relativo à compra de um frigorífico; indagação relativa ao nome de uma pessoa relacionada ao Ministério da Agricultura; notícia do jornal “Correio da Manhã” relativa a uma compra que o SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social] pretende fazer de uma granja do ministro da Agricultura, [Apolônio Jorge de Farias Salles]; o caso da nomeação do Ministério da Fazenda na Paraíba impugnada pelo Ministério da Viação [e Obras Públicas]. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ.

28 Decreto-lei n. 6.865. Redefine a competência do Serviço de Assistência a Menores, cria e transforma funções gratificadas e dá outras providências, 11 nov. 1944.

29 Do Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social, sobre uma possível colaboração entre aquele Serviço e Polícia Especial, para fornecimento de refeições aos componentes da referida Corporação, bem como sobre plano de colaboração sugerido pelo Serviço de Assistência aos Menores. Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ANRJ, Ano 1943, Of. 433.

30 SAPS. O SAPS (continuação). **Boletim do MTIC**. n. 132, ago 1945, Ano XI, p. 181.

31 Jorge de Oliveira solicita colocação no Posto de Subsistência de Campos. Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, ANRJ, Ano 1944, Proc. 21959.

32 Decreto-lei n. 7.249. Autoriza a

manutenção, pelas empresas, de Postos de Abastecimento para seus empregados e respectivos dependentes, 16 jan. 1945.

33 COSTA, Dante. **Merendas Escolares** (vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, Fundo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV.

34 COSTA, Dante. Deficiências nutritivas de crianças de crianças em idade escolar. **Boletim do MTIC**. n. 135, nov. 1945, Ano XII, BMTrab/RJ.

35 COSTA, Dante. Alimentação e a raça. **Boletim do MTIC**. n. 118, jun. 1944, Ano X, p. 226, BMTrab/RJ.

36 Serviço de Alimentação da Previdência Social do Rio de Janeiro encaminha fatura n. 137 de CR\$ 55.680,00, relativa ao fornecimento de refeições durante o mês de junho. OF/7 916 SAM; Remete faturas referente ao fornecimento de refeições pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, Of/4676 SAM; SAPS remete fatura, Of. 5297/54 SAM, Fundo Serviço de Comunicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ANRJ.

37 COSTA, Dante. Deficiências nutritivas de crianças em idade escolar. **Boletim do MTIC**. n. 135, nov. 1945, Ano XII, p. 187, BMTrab/RJ.

Referências bibliográficas

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; SALGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro 2.

EVANGELISTA Ana Maria da Costa. Prato do dia no SAPS: arroz, feijão, discos e livros. In: FERREIRA, Jorge. **O Rio de Janeiro nos jornais**: ideologias, culturas políticas e

conflitos sociais (1946-1964). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011, pp. 122-135.

_____. **Arroz e feijão, discos e livros:**

História do Serviço de Alimentação da Previdência Social (1840-1967). Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2014.

FAUSTO Boris. Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil:** o imaginário trabalhista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLANDRIN Jean Louis; MONTANARI, Massimo. História da alimentação. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. *Almoçar bem é no SAPS!* Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FREIRE, Maria Martha L. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LIMA, Eronides da Silva. **Mal de fome e não de Raça:** Gênese, constituição e ação política da educação alimentar (Brasil – 1934-1946). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MUNIZ, Érico Silva. A Ciência e a Mandioca: Os hábitos alimentares na Amazônia e a obra de Dante Costa. *Revista Estudos Amazônicos*, v. XI, n. 2, p. 56-80, 2015.

REIS, José R. Franco. **“Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”:** correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania**

e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Recebido em: 12/11/2018

Aprovado em: 30/11/2018